

# Leônidas condiciona os 4 anos à convocação de eleições gerais

Recife — O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, disse ontem que, se a Assembleia Nacional Constituinte reduzir o mandato do presidente José Sarney para quatro anos, deve também, "para ser bem coerente", convocar eleições gerais para a mesma data.

As declarações do general foram feitas pela manhã, na sede do Comando Militar do Nordeste, onde ele presidiu a solenidade que assinalou a investidura do novo comandante da área, general Hélio Pacheco, substituto do general Luiz Ururahy Neto, que foi transferido para a Subchefia de Economia e Finanças do Exército, em Brasília.

O ministro não acredita que o atraso nos trabalhos da Constituinte venha a prejudicar a consolidação do processo democrático, mas teme que possa trazer consequências negativas para a economia do País, "porque muita gente, quer estrangeiros, quer os nacionais, está esperando a definição das regras do jogo para fazer investimentos, que são muito importantes para este País".

Por sua vez, ao assumir o Comando Militar do Nordeste, o general Hélio Pacheco manifestou o desejo de manter um diálogo permanente com todas as autoridades constituídas da área. Ele disse que se surpreendeu com o "ambiente de harmonia" que encontrou em Pernambuco, e que espera conservá-lo enquanto estiver à frente do Comando Militar da região.

O general Luiz Ururahy Neto, que respondeu interinamente pelo Comando Militar do Nordeste, durante um ano, viajou ontem mesmo a Fortaleza, onde comandou cumulativamente a 10ª Região Militar, para passar o cargo a seu substituto. De lá, ele segue para Brasília onde no dia 15 assumirá suas novas funções.

Estiveram presentes à posse do novo comandante militar do Nordeste os governadores Miguel Arraes (PE), Tarcísio Burity (PB), Geraldo Melo (RN), Antônio Carlos Valadares (SE) e Fernando César Mesquita (Fernando de Noronha), além dos vice-governadores Castelo de Castro (CE) e Moacir Andrade (AL).

Arquivo 25/06/87



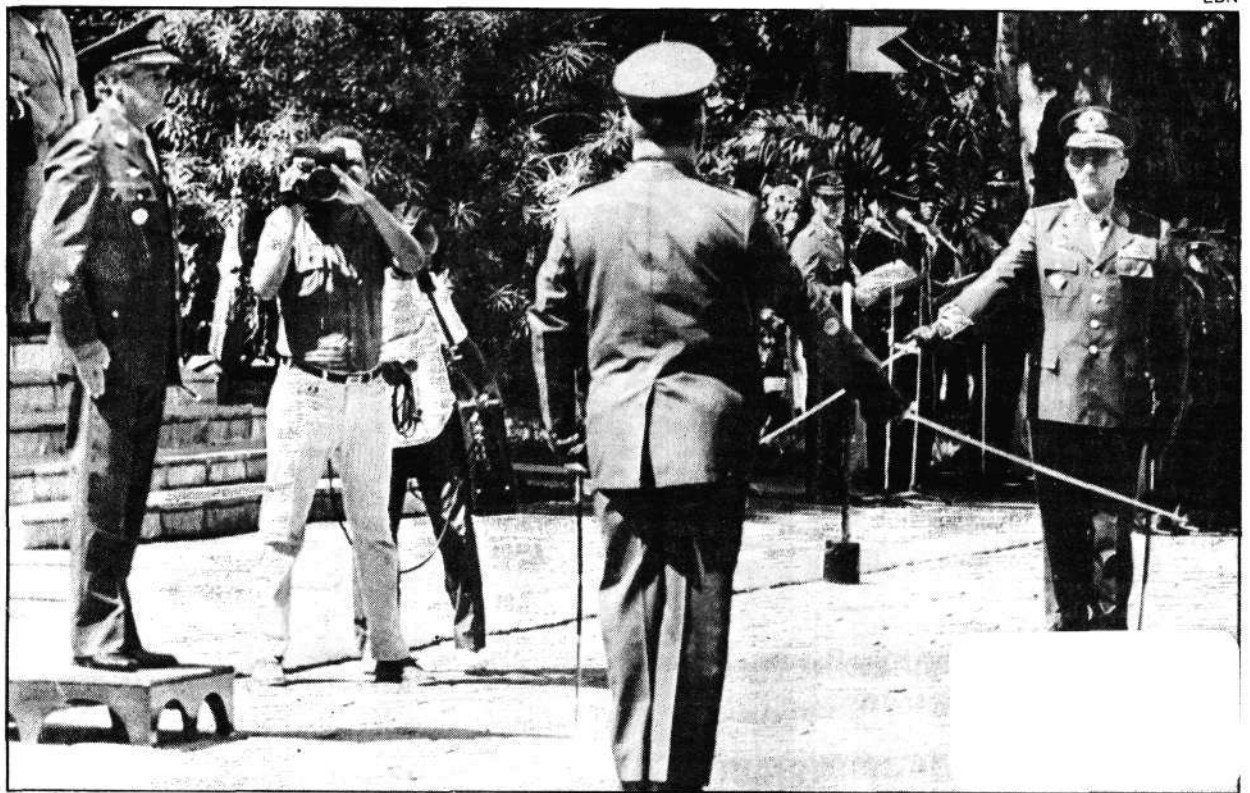
Arraes não quer eleições já

## Arraes afirma que mandatos são legítimos

Recife — Mesmo sem querer polemizar com o ministro do Exército, general Leônidas Pires, a respeito da tese das eleições gerais, o governador Miguel Arraes disse ontem que constitui um «grave risco» para o processo democrático do País fazer «tábula rasa» da manifestação popular de 1986. Arraes contou que os mandatos legitimamente conquistados nas últimas eleições constituem a única arma de que dispõem os seus detentores para assegurar o prosseguimento do processo de abertura democrática.

Arraes reconheceu que o relacionamento do partido com o Governo Federal «tem sido bastante tumultuado nos últimos meses». Mas, ponderou, «ao invés de estarem discutindo se devem ou não romper com o presidente José Sarney os peemedebistas deveriam analisar quais as posições que desejam que o Governo assuma em relação a problemas concretos da população».

Ele explicou que não viajou ao Estado de Sergipe, segunda-feira, para assistir ao lado do presidente Sarney ao lançamento do programa de irrigação «Padre Cícero» porque tinha compromissos inadiáveis em Pernambuco, e não por estar distanciado politicamente do chefe da Nação.



General Leônidas Pires (esq.) preside solenidade de mudança do Comando Militar do Nordeste

## Para Covas, votos definem a diferença

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP), disse ontem que não existe nenhuma relação entre fixar eleições para Presidente da República este ano e a convocação de eleições gerais no País. Covas fez esta afirmação ao ser informado que o ministro Leônidas Pires Gonçalves, do Exército, defendeu, durante solenidade de transferência do Comando Militar do Nordeste, a realização de eleições em todos os níveis, caso a Constituinte decida reduzir o mandato do presidente José Sarney para quatro anos.

«Acho que o problema de eleições gerais não tem nenhum paralelo com as eleições para Presidente da República», afirmou o senador. A seu ver, o governo Sarney foi eleito para cumprir uma etapa de transição política e que o mesmo não ocorre com os mandatos dos deputados e senadores.

### Compromissos

Mário Covas, que vem defendendo eleições para Presidente da República desde a instalação da Constituinte, em fevereiro do ano passado, acrescentou ainda que o mandato de Tancredino Neves e o do seu vice, José Sarney, foi obtido em circunstâncias e objetivos específicos que não envolvem os demais mandatos.

Segundo o líder, atualmente, a posição majoritária dentro do PMDB e a de aprovar um mandato de quatro anos para o presidente Sarney. Ele lembrou que mesmo figuras como o governador Orestes Quércia, de São Paulo, e o presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, que vinham defendendo um mandato de cinco anos, passaram a admitir, nos últimos dias, que a tese de eleições presidenciais este ano é amplamente majoritária entre os peemedebistas.

## Esquerdas apóiam o general

Três partidos na Constituinte PDT, PCB e PT, concordam com a declaração do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, feita ontem em Recife, de que se a Assembleia Nacional Constituinte aprovar o mandato do presidente Sarney de quatro anos, devia ser coerente e aprovar também eleições gerais para novembro deste ano. O PT concorda, mas seu vice-líder, deputado José Genoíno (SP), faz a ressalva de que este não é assunto da competência do ministro do Exército, pois a Constituinte é soberana e somente a ela cabe decidir sobre a questão.

Já o líder do PCB, deputado Roberto Freire (PE), considerou a declaração de Leônidas "muito boa", acrescentando que quanto mais eleições gerais houver melhor. Freire acredita que Leônidas não falou pelos militares, mas apenas como ministro do Exército. "O ruim é quando só eles querem se pronunciar", completou Freire.

## Mandato de quatro anos para Aureliano "seria candidato"

«Seria candidato à Presidência da República. Não posso dizer que sou candidato hoje porque para isto é preciso uma indicação pela convenção partidária», anunciou ontem o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, na coletiva que convocou para anunciar o término das obras na estação de energia elétrica de Ibiúna.

Aureliano defendeu um mandato de cinco anos para o presidente Sarney e para os futuros presidentes. Disse que essa é a maneira mais justa e correta com o Presidente, que deve ter o seu tempo para governar. Reiterou que pelo sistema presidencialista e disse que o momento é importante

Sarney e eleições gerais em novembro deste ano é a fórmula ideal para o vice-líder do PDT, deputado Luiz Alfredo Salomão (RJ). Ele é de opinião que os constituintes devem renunciar a seus mandatos e um novo Congresso deve ser convocado, através de eleições gerais. Por sua vez, o vice-líder do PFL, deputado Inocêncio de Oliveira (PE) acha que Leônidas deu uma opinião política como qualquer cidadão e não em razão de seu cargo. Inocêncio lembrou que em outras oportunidades Leônidas já havia sonegado a soberania da Constituinte.

Já o líder do PC do B, deputado Haroldo Lima (BA) condenou a declaração de Leônidas considerando-a como uma pressão, à Constituinte. Para Lima, tal declaração visa boicotar a tese dos quatro anos, uma vez que boa parte dos constituintes é simpática à realização de eleições gerais, porém não aprova os quatro anos para o presidente Sarney.

«para a concentração de todas as forças em torno da aprovação de um novo texto constitucional».

No caso de a Constituinte aprovar o parlamentarismo, Aureliano defende que a Nação seja proclamada a se pronunciar através de um plebiscito, «porque o povo votou para eleger uma Assembleia Nacional Constituinte, não para uma mudança no nosso sistema de Governo», argumentou. Ele acha que o brasileiro é « eminentemente presidencialista » e vai optar, se consultado, pelo regime presidencialista.

O ministro disse também que não existe qualquer clima de golpe militar ou paramilitar no País.

## Regimento é empecilho para mudar votação

Embora bem aceita pelas lideranças mais expressivas da Constituinte, a ideia de um acordo para a votação prioritária do mandato presidencial e do sistema de Governo está enfrentando dificuldades de ordem regimental para viabilizar-se. O regimento da Constituinte determina que a votação do futuro texto constitucional seja feita por capítulos, o que, para alguns parlamentares, implicaria a necessidade de guardar-se a seqüência de temas constantes do substitutivo Bernardo Cabral aprovado pela Comissão de Sistematização. Nesse substitutivo, a questão do mandato do atual presidente é tratada no final (nas disposições transitórias), tendo a Comissão estabelecido que ele se encerrará no dia 15 de março de 1989.

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, afirmou, ontem, que a ideia de inversão da pauta, para priorizar aquelas duas questões, é "intessante, mas está difícil" de viabilizar-se devido as resistências de uma razoável parcela de parlamentares.

O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, entende que a inversão de pauta poderia constituir um instrumento eficaz de agilização dos trabalhos da Constituinte.

### Eficácia

O presidente do PFL, Marco Maciel, que também é favorável à prioridade para o mandato e para o sistema de Governo, informou que levará o assunto à deliberação da executiva nacional do partido.

O líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro, recomendou a sua assessoria que estude uma saída para o impasse regimental. Uma das alternativas examinadas é a apresentação de um projeto de resolução alterando o novo regimento, cuja votação foi concluída ontem, para viabilizar a pretendida inversão. A liderança do PDT também chegou a elaborar um "projeto de decisão" convocando a eleição presidencial para 15 de novembro, mas surgiram dúvidas quanto à eficácia dessa fórmula. O senador Fernando Henrique Cardoso observou que um projeto de resolução "não é cabível nesse caso porque esse tipo de projeto só pode ser apresentado para obstar medidas que ameacem os trabalhos e as decisões soberanas da Constituinte".

### Resistências

As resistências contra a inversão da pauta partem de diferentes setores da Constituinte, por motivos variados. O PT, porque entende que a inversão poderia atribuir maior poder de barganha ao "Centrão"; o PC do B, por considerar que, seguindo a seqüência normal de votação, o "Centrão" acabará "rachado" entre o centro propriamente dito e a direita do grupo; parte por temer que a votação agora da questão do mandato acabe consolidando um período de apenas quatro anos para o presidente Sarney.